

RESUMO

Nos últimos anos, a taxa de desemprego no Brasil tem-se mantido relativamente estável. No entanto, assistimos a uma redução do emprego no mercado de trabalho formal concomitante a um crescimento do mercado informal. Esta mudança tem sido identificada com uma piora de qualidade, ou precarização, do emprego, já que este, no mercado informal, é tido como de baixa qualidade. Nesta pesquisa, procuramos investigar a dimensão desta precarização analisando a qualidade dos postos de trabalho que estão sendo eliminados no mercado de trabalho formal. O que se observa é que a qualidade dos postos de trabalho neste mercado é bastante heterogênea, e há evidência de que a redução do emprego que está ocorrendo se dá, principalmente na indústria, nos postos de baixa qualidade. Assim, o fenômeno não se caracteriza pela eliminação dos postos de qualidade, mas pela transferência dos de baixa qualidade para o mercado informal. Por sua vez, a análise do mercado informal revela também uma grande heterogeneidade entre trabalhadores que não têm carteira de trabalho assinada e trabalhadores autônomos. O emprego destes últimos tem crescido a taxas elevadas como consequência da terceirização. O aumento da força de trabalho no mercado informal, por outro lado, coloca novas questões para as políticas públicas, que também são investigadas neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Mercado de trabalho; Bem-estar econômico; Políticas compensatórias.

ABSTRACT

The unemployment rate in Brazil has been relatively stable in the last few years. But, at the same time, there is a reduction of the employment in the formal sector and an increase in the informal one. This change has been identified with deterioration in the quality of jobs, since jobs in the informal sector are, on average, of lower quality. In this paper we investigate this hypothesis, analyzing the quality of those jobs being eliminated in the formal sector. This sector is very heterogeneous and there is some evidence that the employment reduction is mainly among the poor quality ones in the industrial sector. Therefore the phenomena is more of a transfer of low quality jobs from the formal to the informal sector, then of a destruction of good jobs. The informal sector is also very heterogeneous and there is a large increase in the self-employed workers. The replacement of formal jobs by the informal ones poses new public policies questions that are also investigated in this paper.

KEY WORDS

Labor market; Welfare; Compensatory public policies.

SUMÁRIO

I. Introdução	4
II. O mercado de trabalho brasileiro e a qualidade do emprego	5
III. Uma análise formal da mudança na posição de ocupação.....	26
IV. Conclusão.....	33
V. Bibliografia	34

PRECARIEDADE E PRECARIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Maria Carolina da Silva Leme

I. INTRODUÇÃO

A discussão sobre o mercado de trabalho brasileiro vem-se pautando pela questão da qualidade dos postos de trabalho. Esta questão surge da constatação de que o problema do mercado de trabalho não é tanto da taxa de desemprego, que apresenta média e variância no tempo relativamente baixas, mas do crescimento do mercado informal tido como de baixa qualidade. Esta baixa qualidade é definida por diversos parâmetros com referência ao emprego com carteira assinada ou estatutário: ausência de contrato de trabalho, menor tempo de permanência no emprego ou maior rotatividade, salários mais baixos, menor qualificação da mão-de-obra etc. Assim, a migração dos trabalhadores do setor formal para o informal está associada a uma precarização do emprego e, conseqüentemente, a uma piora de bem-estar para os atingidos.

O objetivo deste trabalho é aprofundar esta discussão procurando determinar se, de fato, esta passagem do setor formal para o informal representa uma deterioração da qualidade média dos empregos. Assim, na primeira parte do trabalho, procuramos investigar o que vem ocorrendo no mercado de trabalho brasileiro, tentando identificar as mudanças na qualidade do emprego no mercado formal brasileiro que vêm acontecendo em função da eliminação de postos de trabalho. Como este processo vem sendo atribuído à reestruturação produtiva, pós-abertura, pela qual estão passando alguns setores da economia brasileira, a análise foi estendida para a indústria automobilística, que é um dos setores em que esta está mais adiantada. Uma vez caracterizado este processo, na segunda parte, utilizamos os resultados

para aprofundar a discussão sobre a perda de bem-estar para o trabalhador que passa do mercado formal para o informal e sobre como devem ser as políticas públicas neste novo contexto. A análise é feita utilizando o instrumental microeconômico da teoria da incerteza.

II. O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A QUALIDADE DO EMPREGO

A questão da qualidade dos postos de trabalho no mercado brasileiro vem sendo discutida sob diversas perspectivas. A Fundação Seade trabalha com o conceito de *vulnerabilidade* da inserção familiar no mercado de trabalho. Diversos critérios foram utilizados para definir uma inserção vulnerável,¹ e, quase por definição, as famílias vulneráveis apresentam as mais baixas rendas, mais baixos níveis de consumo de duráveis, estão nos empregos de maior rotatividade etc. A análise não foi estendida para a qualificação destas pessoas, tanto em termos de educação formal como de experiência no mercado de trabalho, e, portanto, não estabeleceu os atributos necessários para uma inserção não vulnerável no mercado de trabalho que possam orientar na definição de políticas públicas. Esta questão dos atributos não é trivial, pois é diferente concluir que as famílias estão em situação de vulnerabilidade porque seus empregos são de má qualidade (uma tautologia) de concluir que as famílias têm empregos de baixa qualidade porque não se qualificam para os empregos de boa qualidade.

¹ Foram utilizados: combinações de renda e rotatividade, idade abaixo de 17 anos, emprego doméstico, autônomo em empresa pequena com jornada reduzida, assalariado não qualificado no setor privado e continuidade no trabalho. Também foram incluídos os desempregados, os menores de 14 anos e aposentados com rendimento abaixo de um salário mínimo. Para estender o conceito às famílias, foi incluída a situação do segundo membro da família, para excluir a possibilidade de apenas um membro estar em situação boa.

Alguns estudos, Camargo (1996) e Amadeo e Camargo (1996), analisam o mercado de trabalho do ponto de vista de suas próprias instituições. Estas instituições geram um mercado de trabalho extremamente flexível que se, de um lado, absorve com facilidade os choques econômicos sem criar desemprego, de outro, não incentiva o treinamento na firma, gerando uma mão-de-obra pouco qualificada e empregos de baixa qualidade e produtividade. Na mesma linha, Gonzaga (1997) analisa os efeitos da rotatividade do trabalho na qualidade do emprego e atribui a esta o pouco interesse das firmas e dos trabalhadores em treinamento e qualificação.

Reis e Ramos (1997) investigam a questão da qualidade do emprego a partir da análise do mercado informal. Os autores criam três índices que levam em consideração escolaridade e rendimento para analisar o perfil dos trabalhadores autônomos. O primeiro índice mede a proporção de trabalhadores com pelo menos primeiro grau completo; o segundo, os trabalhadores com esta escolaridade e renda até dois salários mínimos por mês e o terceiro apenas amplia a faixa de renda para cinco salários mínimos. No período 1991-96, os autores observaram o crescimento dos três índices, o que lhes permitiu concluir que a mão-de-obra qualificada que migrou do mercado formal para o informal na condição de conta própria obteve rendimentos elevados e não é razoável incluí-la com os que têm empregos de baixa qualidade.

Esta análise utiliza os mesmos critérios destes trabalhos para definir o grau de precariedade dos postos de trabalho no mercado brasileiro e verificar se vem ocorrendo uma piora na qualidade dos empregos, de modo que se possa falar em precarização do mercado de trabalho. Mas a análise é feita a partir do estudo da evolução do mercado formal de trabalho e de comparações com o mercado informal.

Nos últimos anos, ocorreu um aumento do emprego no mercado informal *vis-à-vis* o emprego no mercado formal ou emprego com carteira assinada. Como vemos a seguir, os dados da Pesquisa Mensal do Emprego, a PME do IBGE, para as regiões metropolitanas indicam uma redução na porcentagem de trabalhadores com carteira

assinada nos últimos anos. Esta redução tem como contrapartida um aumento mais que proporcional no emprego sem carteira, ainda que tenha ocorrido também um aumento nos empregados por conta própria e empregadores.

Tabela 1: Participação Percentual na Ocupação

Ano	Com carteira	Sem carteira	Conta própria	Empregadores
1991	53,45	22,51	19,95	4,09
1992	51,40	23,68	20,85	4,07
1993	50,50	24,53	20,93	4,04
1994	48,81	25,51	21,75	3,93
1995	48,26	25,70	21,86	4,17

Fonte: PME/IBGE.

Os dados da Fundação Seade para a Grande São Paulo confirmam esta tendência de redução no número de assalariados, embora numa proporção menor. O mais interessante é a divisão dos autônomos em trabalhadores para empresas e para o público, que revela que o crescimento do emprego autônomo é praticamente explicado pelo crescimento do emprego de trabalhadores que prestam atendimento a empresas. Este crescimento reflete a terceirização ocorrida nos últimos anos. As demais categorias praticamente não se alteram neste período.

Tabela 2: Distribuição do Emprego por Tipo de Ocupação (%)

Ano	Assalariados	Autônomos			Empregador	Empregado doméstico	Outros
		Total	Empresa	Público			
1985	70,3	15,1	8,6	6,5	4,2	8,2	2,2
1986	70,9	15,1	8,8	6,3	4,3	7,7	2,0
1987	70,7	15,7	9,8	5,9	4,5	6,9	2,2
1988	71,7	15,1	9,6	5,5	4,2	6,9	2,1
1989	72,1	15,6	10,1	5,5	4,1	6,1	2,1
1990	71,6	16,0	10,7	5,3	4,3	6,0	2,1
1991	67,4	18,2	12,2	6,0	5,0	6,9	2,5
1992	66,6	18,5	12,1	6,4	4,8	7,0	3,1
1993	65,8	18,6	11,9	6,7	5,1	7,0	3,5
1994	65,8	18,6	11,7	6,9	5,4	7,2	3,0
1995	65,1	18,7	12,0	6,7	5,5	7,6	3,1

Fonte: Seade.

Por outro lado, os dados do Ministério do Trabalho, que são apenas para o mercado formal, indicam a seguinte evolução do emprego: queda sistemática durante todo o período em todos os setores, mas particularmente forte na indústria.

Tabela 3: Índice de Evolução do Emprego Formal por Setor de Atividade (Dez. 84 = 100)

Ano	Total	Indústria	Comércio	Serviços	C. civil
1989	117,80	120,87	123,60	120,09	115,95
1990	113,21	111,30	121,06	117,52	106,74
1991	110,48	106,51	115,63	116,20	105,02
1992	107,45	101,09	112,00	114,26	100,45
1993	108,25	101,88	114,17	115,42	98,63
1994	109,67	103,50	116,91	117,04	97,07
1995	107,69	98,76	116,27	116,47	94,07
1996	106,38	96,26	115,79	115,80	92,67

Fonte: Ministério do Trabalho.

De fato, notamos uma redução significativa no emprego formal por qualquer uma das fontes que se utilize e, dada a manutenção das baixas taxas de desemprego, é o mercado informal que está absorvendo esta mão-de-obra, sem contar o crescimento anual da força de trabalho.

As tabelas a seguir mostram um grande diferencial de rendimento entre estas posições na ocupação. Na Grande São Paulo, de acordo com o Seade, os trabalhadores sem carteira assinada ganharam, em média, nos últimos oito anos, R\$ 152 por mês, um pouco acima do salário mínimo. E este salário, que já foi 35% do salário médio dos trabalhadores com carteira assinada, em 1996, chegou a 60%, indicando uma redução menos que proporcional nos rendimentos desta categoria, uma vez que, ao longo do período, os salários caíram sistematicamente.

Tabela 4: Rendimento Trimestral dos Trabalhadores por Posição na Ocupação – Região Metropolitana de São Paulo (Reais de 1995)

Posição na ocupação	1985	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Ocupados	1.636	1.389	1.206	1.007	924	995	973	941	867
Assalariados	1.721	1.399	1.220	1.025	993	1.064	1.002	898	843
Setor privado	1.653	1.323	1.138	968	943	1.014	954	848	799
Com carteira	1.798	1.430	1.218	1.050	1.035	1.122	1.057	928	875
Sem carteira	634	627	551	527	451	478	487	507	502
Setor público	2.141	1.874	1.696	1.344	1.246	1.301	1.255	1.173	1.097
Autônomos	1.290	1.281	1.035	899	659	721	772	846	756
Para público	1.107	1.155	929	721	571	630	676	762	666
Para empresa	1.517	1.488	1.230	689	819	872	926	990	900
Empregador	4.150	3.435	3.071	1.264	2.146	2.299	2.526	2.715	2.368
Doméstico	312	331	307	671	243	227	229	283	296
Mensalista	313	329	311	2.497	249	247	237	260	282
Diarista	310	334	301	316	228	180	213	345	339

Fonte: Seade.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) mostram salários mais baixos que os do Seade para todas as posições de ocupação, o que é de se esperar, já que estes dados são para o País como um todo, e não apenas para a Região Metropolitana de São Paulo, que é muito mais rica. A defasagem entre o rendimento dos sem carteira é também maior que na RMSP, mas a diferença também se reduziu significativamente neste período, passando de cerca de 33%, em 1989, para 41%, em 1995.

Tabela 5: Rendimento dos Trabalhadores por Posição na Ocupação – Brasil (Reais de 1995)

Ano	Total	Com carteira	Servidores públicos	Sem carteira
1989	355	457	563	151
1990	298	367	584	132
1992	280	361	439	123
1993	289	372	475	150
1995	363	441	619	183

Fonte: PNAD/IBGE.

Por outro lado, diferentemente dos dados do Seade, estes dados mostram que a queda de salários é interrompida em 1993, no mesmo sentido dos dados da PME, a seguir, que confirmam, para o Brasil, ganhos para todas as posições nos últimos anos. Os trabalhadores sem carteira assinada tiveram um ganho relativo sobre os com carteira de 14% entre 1996 e 1993.

**Tabela 6: Rendimento Médio Real por Posição na Ocupação – Brasil
(Reais de 1995)**

Ano	Com carteira	Sem carteira	Conta própria
1992	91,03	92,34	90,46
1993	100,00	100,00	100,00
1994	100,78	105,12	113,64
1995	108,71	124,72	150,24
1996	116,08	132,68	155,83

Fonte: PME/IBGE.

Assim, os dados são claros: redução do emprego formal com crescimento do informal; salários mais baixos para os trabalhadores sem carteira assinada, mas com redução neste diferencial nos últimos anos. Porém, parte do crescimento do mercado informal é devida aos autônomos e, como mostram os dados do Seade, aos que prestam serviços para empresas. Estes postos apresentam rendimentos muito próximos do mercado formal. Estes seriam os trabalhadores terceirizados, que, embora em número crescente, não caracterizam um mercado precário, no sentido de empregos de má qualidade, embora não estejam protegidos pela legislação trabalhista. Mas parte do crescimento se deve ao aumento dos trabalhadores sem carteira, que ocupam postos de baixos salários.

Em termos de permanência no emprego, os dados da PNAD de 1995 indicam também um quadro mais favorável para os trabalhadores com carteira assinada.

Tabela 7: Tempo de Permanência no Emprego por Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Total	Até 5 meses	6 a 11 meses	1 ano	2 a 4 anos	5 a 9 anos	10 anos	Sem dec.
Total	69.628.608	12,6	7,9	12,3	23,5	17,2	26,5	0,0
Empregados	35.665.946	15,1	10,3	14,5	23,5	16,6	19,9	0,0
Com carteira	19.664.844	10,9	10,8	15,8	26,0	18,4	18,0	0,0
Funcionários públicos	4.627.382	2,3	4,1	6,2	17,1	22,0	48,4	0,0
Outros	11.368.189	27,6	11,9	15,5	21,8	11,4	11,8	0,0
Sem declaração	5.531	20,5				20,5	44,0	14,9
Trabs. domésticos	5.132.901	23,1	12,4	17,9	23,8	12,5	10,2	0,0
Com carteira	980.736	9,5	10,6	17,5	29,0	18,0	15,3	0,1
Sem carteira	4.151.353	26,3	12,8	18,0	22,6	11,1	9,0	0,0
Sem declaração	812				60,2			39,8
Conta própria	15.719.098	8,1	4,5	8,3	20,6	17,4	41,0	0,0
Empregadores	2.733.501	3,6	3,3	6,4	20,4	19,9	46,3	0,1
Não remunerados	6.981.096	7,6	4,1	10,1	30,7	21,8	25,6	0,0
Trab. produção própria	3.223.718	5,9	3,2	7,6	23,8	18,3	41,1	0,1
Trab. autoconstrução	164.228	76,2	7,7	6,9	6,8	1,1	1,3	
Sem declaração	8.120							

Fonte: PNAD/IBGE.

Entre os trabalhadores com carteira assinada, 40% têm até 1 ano no emprego e 20%, 10 anos ou mais, na categoria outros, entre os sem carteira assinada, 55% estão na primeira situação e apenas 12% na última. Entre os por conta própria, 41% têm

tempo de permanência acima de 10 anos. Embora não se possa inferir a taxa de rotatividade a partir apenas desta informação, ela dá uma noção da instabilidade relativa entre os postos, e o resultado novamente confirma a melhor qualidade do emprego com carteira assinada, seguida pelos conta própria.

Mas não são apenas nas médias que o mercado formal oferece trabalho de melhor qualidade. No que diz respeito aos rendimentos, os dados da PNAD mostram que a proporção de trabalhadores nas faixas de renda mais baixa é menor no setor formal do que no informal e maior para as faixas de renda mais elevada.

Tabela 8: Distribuição dos Empregados segundo as Classes de Emprego (1995)

Faixa de rendimento (salário mínimo)	Brasil			Sudeste		
	Com carteira	Militares e estatutários	Outros	Com carteira	Militares e estatutários	Outros
Até 3	60,2	41,3	88,0	51,9	34,8	54,7
Mais de 3 a 5	19,4	20,1	6,2	21,6	21,7	2,5
Mais de 5 a 10	14,0	23,1	3,2	16,7	27,0	1,1
Mais de 10 a 20	5,5	10,6	1,1	6,4	11,5	0,4
Mais de 20	2,1	4,6	0,3	2,5	3,8	0,1
Sem rendimento	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,2
Sem declaração	0,8	0,9	0,5	0,9	1,4	0,2

Fonte: PNAD.

Apesar destas médias mais elevadas, a situação do mercado de trabalho formal é bastante ruim e, portanto, é precipitado concluir que qualquer redução de emprego no setor formal representa uma destruição de empregos de boa qualidade e que estes estão sendo substituídos pelos de má qualidade, sem investigar quais postos estão sendo eliminados. Isto é, se a redução no emprego formal está ocorrendo nos postos de trabalho que exigem muita qualificação, pagam elevados salários e apresentam

baixa rotatividade ou o oposto, nos postos de trabalho que são muito semelhantes aos do mercado informal.

Para analisar a qualidade dos postos de trabalho no mercado formal, vamos utilizar três indicadores: escolaridade, salário e rotatividade. A escolaridade formal exigida pelo posto de trabalho é provavelmente o indicador mais importante da qualidade do emprego, pois reflete o capital humano do trabalhador. Paes de Barros e Mendonça (1996), por exemplo, identificam nesta variável a principal fonte da desigualdade na distribuição dos rendimentos dos trabalhadores no Brasil. Em seu estudo recente, demonstram, de forma bastante convincente, que o mercado de trabalho não produz a desigualdade, mas apenas espelha e amplifica as desigualdades já existentes, provocadas pelos diferentes níveis educacionais da população brasileira.

A Tabela 9 apresenta um quadro bastante desalentador do nível de educação formal da força de trabalho no mercado formal. Cerca de 44% da força de trabalho tem, no máximo, primário completo e apenas 30% tem mais do que colegial completo, o nível de formação considerado ideal para os novos processos produtivos. Para se ter uma idéia de comparação, em Cingapura, dois terços da PEA tem secundário completo (Krugman, 1996).

Tabela 9: Escolaridade da Força de Trabalho no Mercado Formal

Ano	< Primário	Primário	Ginásio	Colegial	Superior
1986	16,9	35,6	19,9	18,9	8,8
1987	18,2	28,5	22,4	21,0	9,9
1988	16,5	34,8	20,1	19,5	9,1
1989	16,4	31,6	22,6	20,0	9,4
1990	17,3	29,0	20,0	22,7	11,0
1991	15,0	33,3	21,2	20,9	9,7
1992	13,7	31,0	22,3	22,2	10,8
1993	12,8	31,4	21,9	22,1	10,7
1994	13,0	31,1	22,9	22,0	10,8

Fonte: RAIS.

Ao longo destes anos, notamos uma clara tendência à melhoria na escolaridade média, a participação da força de trabalho com até primário completo cai, sistematicamente, ao longo destes anos, de 52% para 44%, enquanto a da força de trabalho com ginásio a colegial completos se eleva de 38% para 45%. Esta melhora na educação formal indica que a redução dos postos esteve mais concentrada nos empregos menos qualificados.

Esta escolaridade, evidentemente, não é uniforme entre os setores. Considerando somente a indústria, o comércio e os serviços, notamos que a indústria apresenta uma escolaridade média inferior à dos outros dois setores: maior concentração de trabalhadores com, no máximo, primário completo e menor com pelo menos colegial. Devemos fazer uma ressalva importante quanto aos dados acima, lembrando que, tanto o comércio quanto os serviços estão sub-representados pelos dados da RAIS, pois são setores em que a informalidade é muito mais importante. Estes, provavelmente, são os bons empregos do setor de serviços e de comércio, enquanto, na indústria, a maioria dos empregos é com carteira assinada.

Tabela 10.1: Escolaridade da Força de Trabalho no Mercado Formal

Ano \ Indústria	< Primário	Primário	Ginásio	Colegial	Superior
1986	17,61	48,21	18,14	10,63	4,12
1987	17,64	47,13	18,54	11,10	4,38
1988	16,99	46,42	19,16	11,60	4,55
1989	16,45	46,58	19,86	11,68	4,47
1990	16,18	45,80	20,83	12,39	4,80
1991	15,92	45,22	21,16	12,87	4,83
1992	14,70	44,42	21,35	13,25	5,04
1993	13,50	44,26	22,42	13,73	5,04
1994	13,50	44,26	22,42	13,73	5,04

Fonte: RAIS.

Tabela 10.2: Escolaridade da Força de Trabalho no Mercado Formal

Ano \ Comércio e serviços	< Primário	Primário	Ginásio	Colegial	Superior
1986	13,6	29,0	21,2	23,1	11,1
1987	13,1	28,9	21,5	22,8	11,1
1988	13,5	28,9	21,6	23,2	11,1
1989	12,8	29,0	21,6	23,5	11,3
1990	12,7	29,3	21,8	24,4	11,8
1991	12,7	28,7	22,3	24,9	11,5
1992	10,7	26,8	22,9	25,8	12,6
1993	10,5	26,3	23,2	26,3	12,5
1994	9,6	25,9	24,7	27,1	12,6

Fonte: RAIS.

Por outro lado, observamos, nos três setores, uma tendência à redução na mão-de-obra pouco educada e uma melhoria na com ginásio e colegial completos. Na indústria, enquanto os primeiros caem 9 pontos percentuais, os últimos sobem 10

pontos; no terciário, a alteração é de 7 pontos percentuais em ambos. Como no total do emprego formal,² podemos inferir que a redução do emprego parece estar se dando mais acentuadamente nestas faixas de mais baixa escolaridade.

O segundo indicador de qualidade do emprego a ser analisado é o de salários. Infelizmente, os dados da RAIS estão disponíveis apenas por faixa de salário mínimo, e as variações ocorridas neste, principalmente entre o final da década de 80 e início da de 90, impedem a utilização de uma série mais longa de dados. O que primeiro chama a atenção, analisando a Tabela 11 a seguir, é a elevada proporção de trabalhadores com salário inferior a 3 salários mínimos, (cerca de R\$ 300) quase 50%, e a baixa proporção com salários acima de 10 salários mínimos, cerca de 15%.

Tabela 11: Participação dos Trabalhadores por Faixa de Salário Mínimo

Ano	0 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	+ 20
1990	48,1	20,0	18,7	6,1	2,6	4,5
1991	47,5	21,1	18,8	5,8	2,6	4,1
1992	50,2	21,1	17,2	5,5	2,4	3,6
1993	54,6	19,2	15,5	5,0	2,2	3,5
1994	48,6	20,2	17,7	6,3	2,9	4,4

Fonte: RAIS.

No caso dos salários, não há tendência à melhora, apenas oscilação ao redor de certos valores. O comportamento não é muito diferente na indústria e no terciário. Houve uma piora significativa em 1993 seguida de uma melhora em 1994 que apenas recuperou os níveis iniciais da década de 90. É necessário aguardar os dados de 1995 e 1996 para ver se a recuperação de 1994 caracteriza uma mudança de tendência ou apenas mais uma flutuação cíclica.

² Esta tendência também foi observada na construção civil, em que a mão-de-obra com até primário completo passou de 80% para 74% e a com mais de ginásio de 18% para 27%.

Tabela 12: Participação dos Trabalhadores por Faixa de Salário Mínimo

Indústria		0 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	+ 20
Ano							
	1990	43,2	21,8	20,5	7,1	3,1	4,3
	1991	41,2	22,8	20,5	7,5	3,3	4,7
	1992	41,8	21,3	20,8	7,9	3,5	4,7
	1993	46,3	20,1	18,8	7,3	3,2	4,3
	1994	41,1	21,6	20,0	8,1	3,8	5,4
Comércio e serviços							
Ano							
	1990	49,3	19,2	18,5	5,9	2,5	4,6
	1991	49,7	20,3	18,3	5,4	2,4	4,0
	1992	52,1	21,0	16,5	4,8	2,2	3,4
	1993	56,4	19,0	14,7	4,4	2,0	3,5
	1994	50,2	20,3	17,2	5,8	2,7	3,9

Fonte: RAIS.

Por outro lado, os salários na indústria são superiores aos do comércio, com cerca de 10 pontos percentuais a menos de trabalhadores na faixa de menos de 3 salários mínimos.

O último indicador de qualidade de postos é a taxa de rotatividade. Como podemos observar na tabela a seguir, esta taxa é extremamente elevada no Brasil, cerca de um terço dos postos de trabalho mudam de ocupante no ano, uma das mais elevadas do mundo.

Tabela 13: Taxa de Rotatividade

Ano	Taxa de rotatividade
1986	41,7
1987	42,8
1988	41,2
1989	39,7
1990	38,2
1991	35,8
1992	28,1
1993	32,4
1994	33,7
1995	38,4
1996	32,6

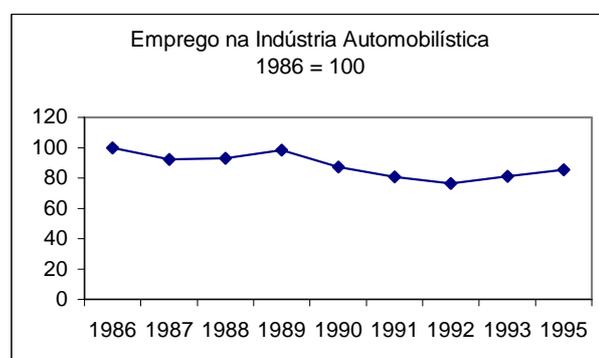
Fonte: RAIS.

Estas elevadas taxas têm dado margem a explicações do ponto de vista das empresas e dos trabalhadores. Do ponto de vista das empresas, uma das análises identifica a rotatividade como o mecanismo de flexibilização de salários encontrado pelas empresas diante da rigidez imposta pela legislação trabalhista tanto em termos de redução do salário nominal como dos reajustes obrigatórios em conjunturas inflacionárias (Málaga, 1994). Esta hipótese foi analisada empiricamente para o período 1980-92, comprovando a hipótese de que a rotatividade foi a aliada da inflação para promover reduções de salários reais, que a legislação de reajustes procurava coibir. O aumento das taxas em 1995, por sua vez, seria explicado pela rigidez do salário nominal em um contexto de estabilização de preços. Uma explicação pela lado da oferta de trabalho seria baseada nos incentivos à rotatividade embutidos na legislação do FGTS. O trabalhador, ao ser demitido, recebe seu FGTS e mais uma multa de 40%, se nunca mudar de emprego, só recebe o fundo na aposentadoria e sem os 40% adicionais. “Para trabalhadores não qualificados, em empregos sem clara oportunidade de promoção, ser despedido significa um fluxo imediato de renda que pode ser substancial. Obviamente o

incentivo é tanto maior quanto menor for a taxa de desemprego, já que a probabilidade de conseguir rapidamente um outro emprego aumenta nesse caso” (Amadeo e Camargo, 1996). Seja qual for o motivo, estas elevadas taxas sugerem empregos de pior qualidade, já que, nestas circunstâncias, seria de se esperar pouco investimento em treinamento e em aprendizado no emprego (Gonzaga, 1997).

Assim, podemos concluir, a partir destes indicadores de qualidade dos postos de trabalho, que o setor formal da economia brasileira apresenta uma forte concentração de trabalhadores com baixa escolaridade, baixos salários e elevada rotatividade. Não há uniformidade entre os setores de atividade, embora se note uma tendência à redução nos postos de pior qualidade, isto é, nos postos que pagam até 3 salários mínimos e requerem até formação primária, na indústria. Uma vez que, como vimos anteriormente, a indústria apresentou uma redução do emprego mais elevada que o setor de comércio e serviços, o resultado consiste na melhoria dos postos que se mantiveram, na elevação da escolaridade e na redução significativa da rotatividade para os trabalhadores que conservaram seus postos ou para os novos trabalhadores que estão substituindo os anteriores.

Esta melhoria tem sido atribuída à reestruturação produtiva pela qual certos setores da indústria brasileira vêm passando, pós-abertura comercial. Um dos setores mais afetados foi a indústria automobilística, que, de uma proteção elevadíssima até 1989, quando era proibida a importação de automóveis de passageiros, passou para uma tarifa de 32%. É ainda um setor muito protegido, pois as quotas de importação com estas tarifas só se aplicam às montadoras instaladas no País. Por outro lado, este setor vem recebendo fortes investimentos, o que torna mais interessante a análise sobre o emprego.



O gráfico anterior mostra a forte redução do emprego neste setor, a partir de 1990, quando se inicia o processo de abertura da economia brasileira com o governo Collor. No total, foram eliminados 33 mil postos. Pelo discurso dominante, esta redução seria interpretada como uma eliminação de bons empregos cujos ocupantes foram, provavelmente, absorvidos no mercado informal, principalmente em se tratando da indústria automobilística, cujos trabalhadores pertencem a sindicatos fortes, que conseguiram uma série de benefícios ao longo do período em que o setor esteve fortemente protegido por barreiras tarifárias e não tarifárias.

Mas, antes de tirarmos conclusões precipitadas, é necessário investigar a qualidade dos postos eliminados. A tabela a seguir mostra que a proporção de trabalhadores com até primário completo caiu de 44,3% para 23% em 1995. Esta redução de 21 pontos percentuais é três vezes superior ao que aconteceu na indústria brasileira como um todo. A queda em termos absolutos foi de 25,4 mil postos entre 1986 e 1995, contra uma redução total de 8 mil postos neste período. A faixa da educação que mais cresceu foi a com colegial (completo e incompleto) que de 13% agora chega a 26% da força de trabalho.

Tabela 14: Nível de Escolaridade Formal

Indústria automobilística	Primário	Ginásio	Colegial	Superior	Total
1986	44,43	36,49	12,92	6,16	111.404
1987	42,90	36,47	14,03	6,60	99.784
1988	41,87	35,42	15,80	6,91	97.377
1989	39,73	37,53	16,30	6,45	106.087
1990	38,81	39,86	16,19	5,14	102.824
1991	36,88	40,14	16,60	6,38	96.855
1992	33,14	41,26	17,98	7,62	90.902
1993	27,00	41,18	20,52	11,30	100.689
1995	23,31	37,06	26,54	13,09	103.345

Fonte: RAIS.

Assim, observamos uma redução muito elevada na proporção de trabalhadores com baixa escolaridade ao longo do tempo. Em termos absolutos, enquanto, entre 1986 e 1995, a redução total no emprego foi de cerca de 8 mil postos, na faixa com até primário completo, a redução foi de 25,4 mil, mais de três vezes superior, e, nas faixas com colegial e superior (completo e incompleto), foram criados 13 mil e 7 mil postos, respectivamente.

O segundo indicador de qualidade dos postos, a remuneração salarial, indica um quadro bastante oscilante com respeito aos salários mais baixos, por outro lado, parece haver uma clara tendência de queda na faixa de 5 a 10 salários mínimos e de crescimento nas faixas mais elevadas. Agregando por faixas maiores, notamos que, nos períodos 1986-91 e 1992-94, a porcentagem de trabalhadores com até 10 salários mínimos caiu de 53% para 40% enquanto as faixas de 10 a 15 e mais de 15 passaram de 25% e 22% para 31% e 28%, respectivamente. Novamente, o que observamos é uma redução na participação nas faixas que caracterizam os postos de pior qualidade.

Tabela 15: Proporção de Trabalhadores por Faixa de Salário Mínimo

Ano	1 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	+ 20
1990	10,4	57,5	18,9	7,3	6,0
1991	9,6	42,4	26,3	8,9	12,8
1992	8,0	37,3	30,9	9,8	13,9
1993	10,4	27,6	33,7	11,1	17,3
1994	6,4	20,9	34,1	15,7	22,8

Fonte: RAIS.

Finalmente, o terceiro indicador, a rotatividade, mostra a seguinte evolução:

Tabela 16: Taxa de Rotatividade

Ano	Taxa
1987	28,71
1988	25,19
1989	27,73
1990	29,61
1991	14,55
1992	9,51
1993	14,71
1994	15,19
1995	14,90

Fonte: RAIS.

Em primeiro lugar, é importante notar que a indústria automobilística apresenta índices de rotatividade inferiores aos do setor formal brasileiro como um todo. Por outro lado, a redução da taxa é muito mais elevada: a média do período 1978-91 foi 25,2% e do período 1992-95, 13,6%.

Dessa forma, podemos concluir que os postos de trabalho que foram eliminados são: i) os que tinham a população menos educada, ii) os que pagavam salários ligeiramente inferiores e, aparentemente, iii) os de mais alta rotatividade. Em outras palavras, se estas mudanças no emprego na indústria automobilística podem ser atribuídas à reestruturação produtiva pela qual vem passando o setor, o que temos é a eliminação dos postos de baixa qualidade e um aumento nos postos de alta qualidade.

Assim como ter um emprego no setor formal não é garantia de um emprego de boa qualidade, o mercado informal não é sinônimo de empregos de má qualidade. O mercado informal apresenta duas categorias de trabalhadores em condições bastante distintas: os sem carteira assinada e os autônomos e, entre estes últimos, os que trabalham para o público e os que trabalham para empresas. Como visto

anteriormente, enquanto os trabalhadores sem carteira assinada ganham em média 1,4 salário mínimo na Região Metropolitana, segundo o Seade, ou 1,3 vez no Brasil, segundo o IBGE, os que são autônomos e trabalham para empresas ganham em média 2,5 salários mínimos, um pouco acima do salário médio dos trabalhadores com carteira assinada. E foi esta categoria que apresentou maior crescimento, cerca de 40% entre 1985 e 1996, passando a representar 12% da força de trabalho na Região Metropolitana. Os dados do IBGE indicam que o maior crescimento de rendimentos foi para esta categoria de trabalhadores, que foi de 56%, enquanto os com carteira assinada tiveram aumento de 16% entre 1992 e 1996. Então, para os trabalhadores que passaram do setor formal para este segmento do mercado informal, dificilmente se pode falar em perda de bem-estar.

Por outro lado, os trabalhadores que ocupavam os postos de baixa qualidade do mercado formal e passaram para o mercado informal sem carteira assinada agora não estão mais protegidos pela CLT, que garante férias, 13º salário, FGTS e um mês de aviso prévio. Assim, se nesta passagem, não tiveram um aumento proporcional em seus salários, de pelo menos 36%, podemos falar, claramente, em uma piora de bem-estar.

Os dados da PME na Tabela 6 mostram um aumento bem mais elevado para os trabalhadores sem carteira assinada do que para os com carteira assinada. Evidentemente que estes dados não permitem inferir que este aumento de salários ocorreu para os trabalhadores que perderam seu emprego no setor formal, pois refere-se apenas à média dos trabalhadores. Mas, para os trabalhadores de baixa renda, que foram os que mais perderam emprego no setor formal, se seus salários não se comportaram diferentemente do salário da média do setor, então, podemos concluir que a passagem para o setor informal neste período não envolveu uma elevada perda de bem-estar em termos de renda.

A reestruturação da indústria automobilística não apenas modificou o perfil da mão-de-obra ocupada, mas também está sendo acompanhada de grandes

investimentos que deverão ser realizados até o final da década. Segundo a Anfávea, já foram confirmados novos investimentos e investimentos para a ampliação de capacidade produtiva na ordem de US\$ 6,3 bilhões; o emprego já se estabilizou neste setor, portanto, quando as novas unidades estiverem em operação, deverá ocorrer um aumento do emprego neste setor. Se estes novos investimentos mantiverem a tendência geral do setor, teremos o crescimento do emprego formal de boa qualidade, e não apenas do emprego formal em geral.

Se o que está acontecendo na indústria automobilística se generalizar para a economia brasileira, haverá um significativo aumento na demanda por mão-de-obra mais qualificada, que talvez não possa ser correspondido pela oferta de trabalho, levando a um aumento no *gap* de remuneração entre os trabalhadores qualificados e os não qualificados. Os dados da PNAD de 1995 mostram, claramente, a correlação entre o número de anos de estudo e a classe de rendimento. Na primeira coluna, temos a distribuição da população por classe de rendimento, podemos verificar que 55% tinha renda abaixo de 3 salários mínimos, sem contar os 15% sem rendimento. A última linha indica a escolaridade dos trabalhadores, e podemos constatar que apenas 20% têm acima de colegial. Estes números não são muito diferentes dos encontrados para os trabalhadores no mercado formal, como analisado anteriormente (55% com até 3 salários mínimos e 29% com mais de 12 anos de estudo).

Tabela 17: Escolaridade Formal por Classe de Rendimento (1995)

Rendimento	Total	0	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 anos	Não decl.
Até 1/2 SM	6,28	2,03	1,79	1,91	0,39	0,15	0,01	0,01
Mais de 1/2 a 1 SM	15,79	3,87	3,57	5,64	1,63	0,99	0,05	0,04
Mais de 1 a 2 SM	20,41	3,31	3,97	7,80	2,89	2,22	0,16	0,04
Mais de 2 a 3 SM	12,14	1,05	1,87	4,64	2,18	2,13	0,25	0,03
Mais de 3 a 5 SM	12,14	0,63	1,44	4,24	2,28	2,90	0,62	0,02
Mais de 5 a 10 SM	10,11	0,29	0,66	2,59	1,75	3,33	1,47	0,01
Mais de 10 a 20 SM	4,64	0,07	0,18	0,65	0,58	1,62	1,54	0,00
Mais de 20 SM	2,21	0,01	0,04	0,19	0,15	0,51	1,31	0,00
Sem rendimento	15,08	4,00	4,55	4,93	0,97	0,55	0,06	0,02
Sem declaração	1,20	0,22	0,18	0,24	0,12	0,22	0,22	0,00
Total	100,00	15,49	18,24	32,83	12,95	14,63	5,69	0,18

Fonte: PNAD.

Por outro lado, podemos observar que, dos 4,64% com renda entre 10 e 20 salários mínimos, 68% tinham mais de 11 anos de estudo e, dos 2,2% com renda acima de 20 salários mínimos, 82% tinham mais de 11 anos de estudo.

III. UMA ANÁLISE FORMAL DA MUDANÇA NA POSIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Quando se observa a redução relativa ou mesmo absoluta do número de postos de trabalho no mercado formal concomitante ao crescimento relativo e absoluto do mercado informal e se identifica esta piora como deterioração da qualidade do emprego, é importante separar dois fenômenos: o primeiro estaria associado ao trabalhador que, no setor formal, tinha um posto compatível com sua qualificação e, quando passa para o mercado informal, continua em um posto compatível, mas agora sua relação é mais instável, pois não está mais protegido pela legislação

trabalhista; o segundo seria o trabalhador que, ao passar para o mercado informal, ocupa um posto que requer menos qualificação do que possui. Neste último caso, além de passar para uma relação mais instável, o trabalhador sofre também uma perda de salário, de perspectivas futuras etc. que representa uma perda de bem-estar.

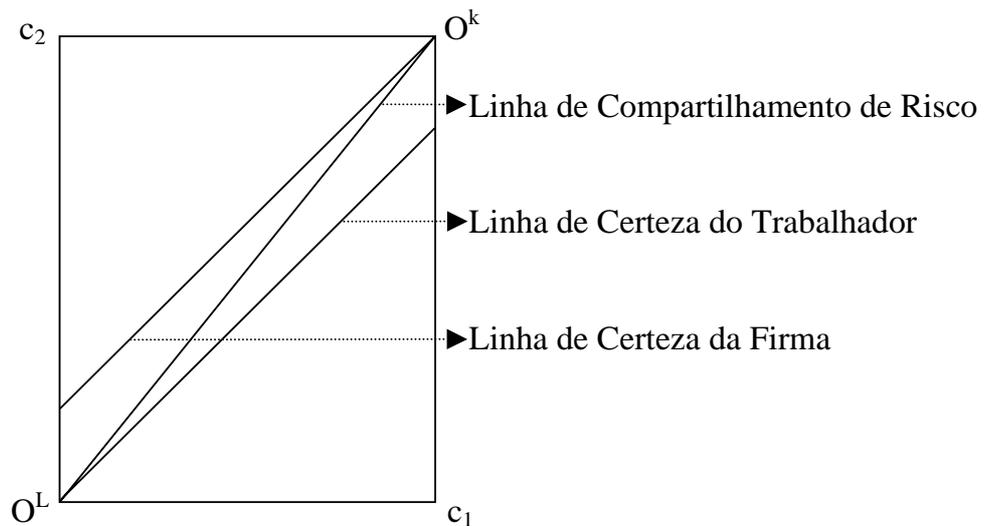
No Brasil, como acabamos de discutir, a mudança parece ser do primeiro tipo. Assim, vamos analisar a situação que considera apenas a mudança de *status* de contratação, isto é, o trabalhador continua a exercer a mesma função só que como autônomo, no caso da terceirização, ou em uma função compatível com a sua qualificação, nos demais casos. Para tanto, é necessário investigar o que esta mudança representa para as firmas e para os trabalhadores.

Esta questão pode ser analisada como um problema de “troca pura” entre as partes. Como se trata de uma mudança de uma relação mais estável para uma relação mais instável para o trabalhador, vamos analisar o problema como de equilíbrio sob incerteza.

Vamos assumir que:

- i) A firma possui apenas capital, e os trabalhadores, o trabalho.
- ii) Existem dois estados da natureza: um estado de perda em que a firma não consegue vender seu produto e um de ganho, quando consegue vender.
- iii) O estado de perda ocorre com probabilidade π_1 e o de ganho com probabilidade $(1-\pi_1)$.
- iv) Todas as decisões de produção foram tomadas e a única que deve ser feita é a divisão do produto entre lucro e salários.

Seja c_i o produto associado ao período $i = 1, 2$. Evidentemente, $c_1 < c_2$. Se utilizarmos uma caixa de Edgeworth para a análise, temos que os eixos correspondentes ao bom estado são mais longos que os correspondentes aos maus estados e a linha de certeza (a linha de 45 graus) em que $c_1 = c_2$ não pode ocorrer para ambas as partes.



Isto significa que é impossível para a firma e para os trabalhadores alcançarem posições de certeza, ainda que um possa desde que o outro assuma todo o risco. Em qualquer ponto da caixa de Edgeworth, a inclinação da curva de indiferença, a Taxa Marginal de Substituição do trabalhador M^L , é dada por:

$$M^L = \frac{\pi_1 v'_1(c_1^1)}{\pi_2 v'_1(c_2^1)}$$

Assim, na linha de certeza em que $c_1^1 = c_2^1$, $M^L = \pi_1/\pi_2$. Mas, para a firma, qualquer ponto na linha de certeza do trabalhador significa que $c_1^k < c_2^k$ e, portanto, que $v'(c_1) > v'(c_2)$. Logo, a curva de indiferença da firma tem que ser mais inclinada

neste ponto. Exatamente o mesmo vale para a inclinação da curva de indiferença da firma na linha de certeza. A linha de contrato, em que a Taxa Marginal de Substituição é a mesma para firmas e trabalhadores e, portanto, onde se localizam os pontos de equilíbrio, deve-se localizar entre as duas linhas de certeza. O que determina quem estará mais próximo da linha de certeza, em uma situação em que há um comportamento de tomadores de preços (comportamento concorrencial), é o grau relativo de aversão ao risco. A Taxa Marginal de Substituição ou a curvatura da curva de indiferença será tão mais inclinada quão mais averso ao risco for o agente. Isto é, com $v'(c) > 0$ e $v''(c) < 0$ e tirando logaritmo de M :

$$d \ln M = [\ln \pi_1 + \ln v'(c_1) - \ln \pi_2 - \ln v'(c_2)]$$

E como

$$d \ln M = \frac{dM}{M} = \frac{v''(c_1)}{v'(c_1)} dc_1 - \frac{v''(c_2)}{v'(c_1)} dc_2$$

Se $dc_1 = dc_2 = dx$, então,

$$\frac{dM}{M} = \left(\frac{v''(c_1)}{v'(c_1)} - \frac{v''(c_2)}{v'(c_1)} \right) dx$$

A tangência das curvas de indiferença se dará mais próxima da linha de certeza do agente que exibir o maior grau de aversão ao risco.

Via de regra, considera-se que, dadas as oportunidades de diversificação de risco abertas às firmas, estas tendem a ser menos aversas ao risco que os trabalhadores. No limite, elas seriam neutras ao risco, e não haveria necessidade de nenhuma

divisão do risco. Os trabalhadores ganhariam um salário certo independentemente do estado da natureza, e as firmas ficariam com todo o risco. Evidentemente, não se observa um caso extremo como este, em que a firma fica com todo o risco, pois, se ampliarmos o número de estados da natureza e o estado que corresponde à firma falir e, portanto, não pagar os trabalhadores, corresponde a uma situação em que o risco é compartilhado. Mas a hipótese de as firmas serem menos aversas ao risco que os trabalhadores parece razoável e, em condições concorrenciais, o prêmio de risco que teria que ser pago ao trabalhador para compensar pelo aumento da incerteza é maior do que o que a firma estaria disposta a pagar e, portanto, a solução ótima é com o trabalhador tendo uma renda mais certa ou menos dependente do estado da natureza.

Uma maneira equivalente de ver o problema é pelo prêmio de risco que se teria que pagar ao agente para mudá-lo para uma situação de maior incerteza com respeito à sua renda. Para simplificar o argumento, vamos considerar apenas o caso de certeza completa com o de incerteza. Novamente, temos que o agente recebe com probabilidade π uma renda c_1 correspondente ao estado ruim da natureza e c_2 com probabilidade $1-\pi$, no estado bom da natureza. Seja $c = c_1 = c_2$ a renda que ele recebe com certeza. Então, se o indivíduo é averso ao risco

$$V(c) > \pi v(c_1) + (1-\pi)v(c_2)$$

Existe um ε tal que

$$V(c) = \pi v(c_1 + \varepsilon) + (1-\pi)v(c_2)$$

Evidentemente, quanto mais averso ao risco for o indivíduo, maior tem que ser ε que o torna indiferente entre a renda certa e a renda incerta. Desta forma, se consideramos que a firma é menos aversa ao risco que os trabalhadores, o ε das firmas é menor que o ε dos trabalhadores e, portanto, a solução ótima é a de as firmas ficarem com uma parte maior do risco.

Se identificamos que um emprego no setor formal corresponde a uma situação de uma renda mais certa do que o trabalho no setor informal, as mudanças observadas na economia brasileira têm que corresponder a alguma mudança no comportamento dos agentes, das firmas ou dos trabalhadores. Dado que não ocorreram grandes mudanças para os trabalhadores, mas sim para as firmas, que passaram a sofrer mais de perto a concorrência internacional, é nas firmas que devemos buscar a explicação para esta mudança observada.

Uma possível explicação é uma mudança no grau relativo de aversão ao risco entre firmas e trabalhadores. As firmas teriam, recentemente, se tornado mais aversas ao risco. Mas se considerarmos que o que torna as firmas menos aversas ao risco que os trabalhadores é sua maior oportunidade de diversificar risco, não há razão para supor que diminuíram as oportunidades abertas às firmas, ao contrário, com a abertura da economia, elas aumentaram. Portanto, esta não parece ser a causa.

Uma explicação mais plausível pode ser que a abertura da economia representou uma mudança na distribuição dos retornos esperados, isto é, as caudas da distribuição de retornos ficam mais cheias, pode-se ganhar mais, mas também pode-se perder mais. Para tanto, temos que nos reportar ao conceito de dominância estocástica. Vamos considerar que, antes da abertura da economia, a distribuição de retornos da firma era $F(c)$ e, após a abertura, torna-se $G(c)$. Vamos supor que para todo c

$$F(c) \leq G(c)$$

e

$$\int_{-\infty}^c F(r) dr \leq \int_{-\infty}^c G(r) dr$$

Se, adicionalmente, F e G têm a mesma média (mesmo retorno médio), então, é possível demonstrar que a passagem de F para G faz com que as firmas queiram assumir menos riscos.³

Esta mudança na distribuição de retorno, mesmo que deixando a média inalterada, reduz o bem-estar dos agentes aversos ao risco, e a intuição é clara. Aversão ao risco é ter menos bem-estar nas situações extremas do que nas intermediárias. Se a firma tem algum grau de aversão ao risco, a utilidade marginal da renda no bom estado cai e a no estado ruim sobe e a firma, apesar de ser menos aversa ao risco que o trabalhador, desejará diminuir sua exposição e, portanto, o contrato ótimo envolverá mais risco para o trabalhador, mesmo que este continue a ter a mesma renda esperada. Desta maneira, mesmo que o trabalhador tenha um aumento de salário na passagem do setor formal para o informal, como o ε , que mantenha constante sua renda esperada, ele sofrerá uma perda de bem-estar.

Se o fenômeno de informalização do mercado de trabalho é, de fato, importante, atingindo uma parcela considerável dos trabalhadores, as políticas públicas devem ser diferentes. Políticas pensadas para o mercado formal, como seguro-desemprego ou fundo de garantia, deixam de atingir estes trabalhadores. Por outro lado, as imperfeições do mercado de capitais e os problemas de risco moral envolvidos nos seguros, em geral, não permitem que os trabalhadores no mercado informal consigam fazer, por sua própria conta, a suavização de seu consumo intertemporal. Neste contexto, educação e saúde públicas tornam-se muito mais importantes, pois garantem um consumo mínimo independentemente de o indivíduo estar ou não trabalhando, isto é, passam a ser como uma renda certa.

É interessante observar que o financiamento destes serviços através de impostos sobre a renda do trabalho pode ser ótimo, pois os trabalhadores estariam dispostos a sacrificar uma parte da renda no bom estado da natureza, quando estão trabalhando,

³ Para uma demonstração formal deste resultado, ver Hirshleifer, J. e Riley, J. 1992.

para garantir renda e consumo nos maus estados, já que o mercado permite esta suavização de forma imperfeita.

IV. CONCLUSÃO

Neste trabalho, procuramos analisar a questão da precarização do emprego no Brasil do ponto de vista das mudanças ocorridas no mercado de trabalho formal e da comparação da situação deste mercado com o informal. De fato, nos últimos anos, observamos uma redução no emprego do mercado formal, com carteira assinada. Parte destes trabalhadores parece estar sendo absorvida no mercado informal, sem carteira assinada, e parte no mercado de trabalhadores autônomos ou por conta própria. Enquanto os trabalhadores sem carteira assinada estão em situação pior que a média dos trabalhadores com carteira assinada, os autônomos têm situação equivalente, mostrando que a terceirização não pode ser interpretada como perda de bem-estar. Por outro lado, uma parte elevada da redução de postos no setor formal está localizada nos empregos de muito baixa qualidade que diferem muito pouco de seus congêneres no mercado informal. Em alguns setores, como na indústria automobilística, é possível mesmo afirmar que os maus empregos foram transferidos do setor formal para o informal e que a redução dos postos preservou os melhores empregos. Assim, seria precipitado falar em precarização do mercado de trabalho brasileiro. Na verdade, este mercado é precário, e esta precariedade, em parte, decorre da própria falta de qualificação da mão-de-obra. Caso o que vem ocorrendo na indústria automobilística se generalize pelo resto da economia e a demanda por trabalhadores qualificados cresça significativamente, a defasagem salarial entre o mercado formal e o informal deverá aumentar, num fenômeno parecido com o que aconteceu recentemente nos EUA (Krugman, 1996) e oposto ao que se passou no Leste Asiático, onde os índices de educação da população são elevados.

Mas este crescimento do mercado informal coloca algumas questões importantes de política social. O seguro-desemprego, à medida que é vinculado ao emprego com

carteira assinada, cobre uma parcela cada vez menor da força de trabalho. Como a informalidade representa um aumento da instabilidade da renda, aumenta a demanda por seguro por parte da população e ganham importância serviços básicos públicos que garantem um nível de consumo mínimo estável.

V. BIBLIOGRAFIA

AMADEO, E. e CAMARGO, J. M. Instituições e o Mercado de Trabalho no Brasil. In: CAMARGO, J. M. (Org.). *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. FGV editora, 1996.

BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. *Wage Inequality in Brazil*. 1996. Mimeo.

CAMARGO, J. M. Flexibilidade e Produtividade no Mercado de Trabalho Brasileiro. In: CAMARGO, J. M. (Org.). *Flexibilidade do Mercado de Trabalho no Brasil*. FGV editora, 1996.

GONZAGA, G. *Rotatividade e Qualidade do Emprego no Brasil*. Departamento de Economia PUC Rio, 1997. Mimeo.

HIRSHLEIFER, J. e RILEY, J. *The Analytics of Uncertainty and Information*. Cambridge Surveys of Economic Literature, 1992.

KRUGMAN, P. Trade, Jobs and Wages. In: *Pop Internationalism*. The MIT Press, 1996.

KRUGMAN, P. The Myth of Asia's Miracle. In: *Pop Internationalism*. The MIT Press, 1996.

MÁLAGA, T. *Wage Indexation and Labor Turnover in Brazil*. Tese de Ph.D. University of California, Los Angeles. Não publicada.

REIS, G. e RAMOS, L. *Mercado de Trabalho e Geração de Emprego no Brasil*. IX Fórum Nacional, INAE, 1997. Mimeo.

SEADE. *Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo, Mercado de Trabalho*. 1992.